



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM AMBIENTES CORPORATIVOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA INSERÇÃO NO CAMPO DE ESTÁGIO EM UMA EMPRESA DO SISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO

Marcelo Lima dos Santos (Eletrobrás Eletronuclear) - lima.seso@gmail.com

POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM AMBIENTES CORPORATIVOS: relato de experiência a partir da inserção no campo de estágio em uma empresa do sistema elétrico brasileiro

Palavras Chave: Drogas; Serviço Social; Saúde Mental; Trabalho; Empresas.

Keywords: Drugs; Social Work; Mental health; Work; Companies.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da inserção em campo de estágio, este relato é fruto do processo de sistematização do diário de campo construído a partir da experiência vivenciada no período de 2015 a 2017. Serão apresentados alguns agentes que trabalham na oferta de cuidados aos usuários de álcool e outras drogas em ambientes corporativos e os impactos dos programas de prevenção de álcool e drogas nas relações de trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO

O presente relato tem origem no cumprimento da disciplina obrigatória de Estágio Supervisionado e da inserção no campo de estágio em uma estatal nacional que atua na área das matrizes elétrica, onde realizei por três períodos consecutivos o estágio obrigatório supervisionado em Serviço Social. Dentre as atividades realizadas no campo de estágio, a que mais demandava atuação do Serviço Social estava relacionada à implantação da Política de Atenção e Prevenção aos Problemas relacionados ao uso, abuso e dependência de Álcool e Drogas. Buscando compreender quais são os impactos destes programas na vida do trabalhador, realizo os seguintes movimentos; primeiro movimento, participação no curso de Atualização profissional para Atenção aos usuários de Álcool e outras Drogas (CAAD), oferecido pela Escola Politécnica Joaquim Venâncio (FIOCRUZ). O objetivo deste era proporcionar uma compreensão ampla sobre o uso prejudicial do uso de álcool e de outras drogas, com temas perpassando pelas reformas sanitárias e psiquiátricas, políticas públicas e legislação nacional sobre drogas, proporcionando uma visão crítica sobre o uso e os modelos de atenção no uso prejudicial de álcool e outras drogas, pautando a Redução de Danos como um modelo de atenção e cuidado pautado na ética e cidadania. O segundo curso, Treinamento e Capacitação para profissionais de Serviços Sociais e de Saúde com foco nos Problemas Relacionados ao uso nocivo de Álcool e outras Drogas no Ambiente de Trabalho, ministrado por uma clínica que presta consultoria sobre políticas de álcool e outras drogas. O conteúdo do curso apresentou a visão epidemiológica das drogas (lícitas e ilícitas); os fatores de riscos para a empresa e para o empregado pelo olhar da OIT e ONU.

2.1 Objetivos

Analisar os rebatimentos dos programas de prevenção de álcool e outras drogas em empresas e seus impactos nos processos de trabalho do Serviço Social

2.2 Descrição metodológica

A metodologia utilizada no presente trabalho refere-se aos meios utilizados para a realização do relato, utilizaram-se métodos e técnicas, que possibilitam uma visão ampliada, acerca da realidade concreta articulando a teoria com a técnica. Guerra (2009) Como forma de contribuir para o espraio da discussão buscou a partir deste relato refletir sobre as exigências que estão sendo postas pelos empregadores e seus impactos nos processos de reprodução das relações sociais.

3. RESULTADOS

A procura por um ambiente laboral livre do álcool e outras drogas tem impactado diretamente os processos de trabalho do assistente social e a sua relação com o trabalhador. O problema decorrente do consumo excessivo e da dependência do álcool tornou-se motivo de preocupação entre empresas estatais e privadas, pois reflete na produtividade da empresa, nos gastos com saúde e nos altos índices de absenteísmos, passando a fazer parte da agenda dos profissionais do Serviço Social os programas de prevenção ao uso de álcool, incluindo as testagem toxicológicas. Neste contexto, a discussão sobre a participação do Serviço Social nos programas de prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas são de suma importância para o Serviço Social, sobretudo ao levar em consideração a reduzida literatura sobre os programas de prevenções/testagens nas empresas e os impactos nos processos de trabalho do assistente social; devido a algumas abordagens desconsiderarem a autonomia dos sujeitos, e considerarem que a única relação possível com o álcool e outras drogas, este baseada no controle total e na “moral neopreventista” sob as luzes das práticas higienistas. A temática Serviço Social, drogas e trabalho é uma chave que permite diversos caminhos de análises e que tem se mostrado próspera nas abordagens aos estudos que tematizam o “mundo das drogas” a partir da perspectiva do Serviço Social. Esta linha de pesquisa tem apresentando uma ampla temática que perpassa por diversos eixos, entre eles o debate sobre o proibicionismo, o reatamento das políticas de álcool e outras drogas na Assistência Social, a inserção dos assistentes sociais nos equipamentos de saúde mental (CAPS-AD). Todas estas questões, entre outras, são de grande importância para a pesquisa em Serviço Social e o espraio da reflexão. A preocupação com os danos sociais que o álcool e outras drogas podem causar à sociedade tem recebido atenções de diversas empresas. São evidentes em todo o mundo os agravos decorrentes do uso problemático de drogas, sendo que o estigma, a exclusão, o preconceito, a discriminação e a perda de autonomia do sujeito tem se tornado um grande agravante e consequências deste consumo, colaborando morbidamente para a situação de comprometimento global que acomete seus usuários. Com o foco na redução dos custos com saúde e maior aumento da força produtiva, o mundo empresarial passou a investir nos programas de prevenção ao uso e abuso, através da operacionalização de

ações cujo intuito é ensinar os sujeitos a criar um novo estilo de vida e também permanecer distante do álcool e de outras drogas. (OLIVEIRA, 2003)Preocupada com os reflexos dos usos abusivos e seus impactos no mundo do trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o apoio financeiro do Programa Internacional de Controle de Drogas das Nações Unidas (UNDCP - ONU), lança em 1996 um manual de orientação para políticas de álcool e outras drogas em ambiente de trabalho. Esse manual foi relançado em 2003, através de uma cooperação da agência portuguesa Autoridades para Condições de Trabalho, ligada ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que traduziu o documento para a língua portuguesa (OIT, 2003).A OIT (2003) sugere que as políticas e os programas de prevenção sigam a legislação vigente em cada país, pois o instrumental não visa substituir as normas internacionais, leis ou regulamentos nacionais que confirmam maior proteção ao trabalhador. A preocupação do órgão internacional está no uso abusivo do álcool e outras drogas e no modo com que isso reverbera nos ambientes de trabalho. Como prevenção de risco aos trabalhadores, os programas têm como objetivo a diminuição dos índices de absenteísmo; acidentes; atrasos nas segundas-feiras; furto; custo de substituição de empregado; falta de pontualidade e diminuição do risco para o público, neste caso refere-se aos trabalhadores que atuam como: motoristas de ônibus e caminhão; trabalhadores da saúde e da indústria da aviação. Nestes casos “não existe um nível aceitável de consumo de drogas”, portanto o ideal é abstinência total.No Brasil não há uma lei específica que legisle sobre a questão do álcool e outras drogas em ambiente de trabalho, sendo a (CLT) Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 o único que aborda, ainda que de forma superficial a questão do álcool e outras drogas. As ofertas de cuidados estão nos planos das empresas privada e um fator chama atenção nesta oferta de cuidado é a existência da “guerra de posições”. Segundo Lima e Tavares (2012), a saúde como um mercado amplo permite a circulação de vários agentes do cuidado (privados e públicos) de interesses por ora antagônicos, métodos de abordagens diferenciadas e desconectadas da perspectiva da Política Nacional de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas, revelando assim um campo de tensa disputa pela hegemonia do cuidado.

4. CONCLUSÃO

O estigma do uso de drogas vem causando discussões acaloradas em vários espaços socioocupacionais, envolvendo assistentes sociais, entidades representantes dos trabalhadores, empresa de consultoria na área de álcool e outras drogas, todos debruçados sobre os impactos negativos do consumo das referidas substâncias e seus impactos no trabalho, pontando uma premissa deve ser estabelecida é a de que “a condição de sujeito de direitos não pode ser anulada, e muito menos reduzida ou ignorada em decorrência do uso de psicoativos, independente do caráter lícito ou ilícito da substância consumida” (CFESS, 2014:12). Não se pode negar a importância dos programas dentro das empresas,

é importante ficar atento aos caminhos que certos programas e ações podem alcançar, uma vez que uma abordagem sobre o uso de drogas mesmo no local de trabalho, distante dos direcionamentos das políticas públicas de saúde pode causar efeitos negativos no ambiente de trabalho e na promoção da saúde do trabalhador.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Claudete Jesus de. Dependência de álcool e outras drogas: debate conceitual, políticas públicas e a inserção do serviço social nessa área/ Claudete Jesus de Oliveira. – 2003.

OIT. Problemas Ligados ao álcool e a drogas no local de trabalho uma evolução para a prevenção. 2003

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. Direitos Sociais e Competências Profissionais. 2009

LIMA, R.C.C. Tavares, Priscila. Desafios recentes às políticas sociais brasileiras sobre as drogas: enfrentamento ao crack e proibicionismo. Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n.2, p. 6-23, jul./dez. 2012.